

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.044 - SP (2018/0313789-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
RECORRIDO : RELIGAS SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA NÃO VERIFICADA. DESCABE REDIRECIONAR A EXECUÇÃO QUANDO NÃO HOUE COMPROVAÇÃO DE EXCESSO DE MANDATO OU INFRINGÊNCIA À LEI, AO CONTRATO SOCIAL OU AO ESTATUTO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região, assim ementado (fl. 48):

EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DE SÓCIO. DISTRATO SOCIAL. EXTINÇÃO REGULAR DA PESSOA JURÍDICA. AJUIZAMENTO POSTERIOR. ART. 135, III, DO CTN. NÃO COMPROVAÇÃO.

1. O redirecionamento da execução fiscal depende de prova do abuso de personalidade jurídica, na forma de excesso de poder ou de infração à lei, contrato social ou estatuto, ou na hipótese de dissolução irregular da empresa, nos termos do art. 135, III, do Código Tributário Nacional.
2. Conforme entendimento jurisprudencial pacificado, apesar de ser encargo da empresa o recolhimento de tributos, o mero inadimplemento ou atraso no pagamento não caracteriza a responsabilidade tributária disposta no artigo 135, III, do CTN.
3. Cabe consignar que, em uma sociedade capitalista, o risco é inerente à própria atividade comercial, industrial ou empresarial. Portanto, o sócio não pode ser responsabilizado pelo insucesso da pessoa jurídica. Nesse sentido, a Súmula n. 430 do C. STJ: "O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente".
4. No caso em tela, consta da Ficha Cadastral da empresa executada junto à JUCESP (fls. 13 e 14) a averbação, em sessão de 06.05.2013, do distrato social datado de 02.05.2013 (fls. 14), antes mesmo da inscrição dos créditos tributários, ocorrida em 31.03.2016 (fls. 4); assim, comunicou a sua paralisação ao órgão competente, dando publicidade ao ato, o que afasta a irregularidade no encerramento.
5. Apelo improvido.

O recorrente alega violação dos artigos 779 do CPC/2015, 4º da Lei n. 6.830/1980, 124, 134 e 135 do CTN, 10 do Decreto n. 3.708/1919 e 50, 1.080, 1.103 do CC/2002, sob o seguintes argumento: registro de distrato perante a Junta Comercial não

tem o condão de afastar a dissolução irregular, se não forem quitada as dívidas da pessoa jurídica.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 65/70.

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, no julgamento do REsp 1.101.728/SP, submetido ao rito do art. 543-C, do CPC/1973, esta Corte firmou a compreensão de que o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente da empresa é cabível apenas quando demonstrado que este agiu com excesso de poderes, infração à lei ou ao estatuto, ou no caso de dissolução irregular da empresa, não se incluindo o simples inadimplemento de obrigações tributárias.

No caso dos autos, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que não ficou demonstrada a dissolução irregular da empresa executada, conforme se extrai do seguinte excerto (fl. 48):

No caso em tela, consta da Ficha Cadastral da empresa executada junto à JUCESP (fls. 13 e 14) a averbação, em sessão de 06.05.2013, do distrato social datado de 02.05.2013 (fls. 14), antes mesmo da inscrição dos créditos tributários, ocorrida em 31.03.2016 (fls. 4); assim, comunicou a sua paralisação ao órgão competente, dando publicidade ao ato, o que afasta a irregularidade no encerramento.

Assim, tem-se que o acórdão recorrido julgou nos moldes da jurisprudência deste Tribunal superior. Incidente, portanto, a Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator